

EVENTO VAI IMPULSIONAR AÇÕES EM CIDADES

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

Para consultora municípios vão deixar de desenvolver trabalho isolado

A consultora do Ministério do Meio Ambiente, Patrícia Kranz, é a principal referência do Brasil para a preparação da Agenda 21 Municipal. Há vários meses, ela visita as cidades interessadas em adotar o documento para ajudar a tornar viável os projetos.

Em 1994, Patrícia viveu seis meses na Europa estudando projetos locais e foi saudada pelo governo dinamarquês ao fazer um relatório em que abordava a integração do poder público com a sociedade civil em nove cidades que adotaram a Agenda 21 Municipal naquele país. Atualmente integra a Comissão Pró-Agenda 21 Rio de Janeiro.

Segundo Patrícia, pelo menos 30 cidades brasileiras enviaram representantes à Rio +5 para discutir a preparação da Agenda 21 Municipal. "Isso demonstra que esse evento vai impulsionar as ações até então isoladas, o que "poderá permitir um trabalho em rede com essas cidades", declarou.

Um grupo de ambientalistas de Saquarema, na região dos Lagos do Rio, manifestou no encontro o desejo de uma campanha para o fim da pesca predatória na praia de Itaúna, a mais badalada da localidade. E também a inclusão na futura agenda da cidade de uma cláusula que regulamentasse o transporte público gratuito para os pequenos produtores locais e pescadores vinculados às suas colônias.

Lixo

Outro grupo proveniente de Mangaratiba, no litoral sul do Rio, reivindicava a capacitação dos funcionários públicos na

coleta e reciclagem de lixo e a criação de um curso de educação ambiental.

“Nossa cidade reúne belas praias de um lado e a vegetação da mata atlântica de outro, mas não tem um projeto para a exploração desse potencial”, disse Rodrigo Queimado, presidente da Associação dos Moradores do município.

As cidades de Betim, Sete Lagoas e Nova Lima, em Minas Gerais; Alto Paraíso, em Goiás; Campos, Macaé e Búzios, no Rio; e Florianópolis, em Santa Catarina, também estiveram representadas no fórum.

Fonte: O Estado de São Paulo
Sílvio Barsetti

EUA SÃO CONTRA NOVA META PARA EMISSÃO DE GASES

Mundo

Nova York - EUA

Junho de 1997

Proposta de reduzir nível de poluição em 10% até o ano 2010 é considerada “irreal”; representante americana na reunião da ONU Kathleen McCinty critica os que ficam recitando números sem respaldo em uma política realista

Verde é a cor do dólar para a Casa Branca, e não só o futuro da Terra pintado por discursos na ONU avaliando os cinco anos da Rio-92. Quando discursar, o presidente Bill Clinton vai reafirmar o valor dos compromissos ambientais assumidos pelo maior poluidor do mundo, os Estados Unidos, mas continuará resistindo à imposição de limites e datas para um retorno aos níveis de poluição mais saudáveis de 1990, como querem a Europa e o mundo em desenvolvimento.

A proposta de reduzir em 10%, até 2010, os níveis de poluição medidos há oito anos, circulando na ONU, foi considerada “irreal” pela presidente do Conselho de Qualidade Ambiental da Casa Branca, Kathleen McGinty. “Legal ficar recitando números, mas, para nós, importante é que eles

venham respaldados por uma política clara e realista para alcançar as metas fixadas”, explicou.

O atual boom econômico dos Estados Unidos é dependente da emissão de gases que provocam o efeito estufa. Embora o vice-presidente americano, Al Gore, seja “ambientalista” e tenha admitido, no seu discurso na ONU, que um desastre paira sobre a Terra, “se nada for feito”, a Casa Branca capitulou à possante indústria nacional, que equiparou o Espírito da Rio-92 a uma “política para a bancarrota”.

Trégua

Ao presidente Clinton foi pedida uma trégua até a reunião de Kyoto, no Japão, em dezembro. E ele a concedeu, enfrentando a impaciência dos europeus, tanto na reunião dos países industrializados e a Rússia em Denver, no Colorado.

O vice-presidente Al Gore prometeu esforçar-se para alcançar um consenso que dê aos governos mundiais a flexibilidade para que decidam como poderão reduzir seus níveis de poluição. Um balão de ensaio lançado na ONU abre a possibilidade para que um país poluidor limpe a cota que lhe cabe, num outro país.

Em seu vôo, provoca mais risos do que disposição de aprofundá-lo com seriedade. A Casa Branca tem outro poderoso adversário além da indústria: o Senado, decidido a não ratificar um tratado internacional sobre aquecimento global sem a participação da China.

O Canadá foi sincero e claro: admitiu com franqueza, que não será capaz de cumprir metas de redução de gases poluentes fixadas para 2000. O primeiro-ministro canadense, Jean Chretien, explicou que depende de carvão para geração de energia elétrica. E lamentou: “A estrutura de nossa economia impõe particulares desafios nesse sentido.”

Mas Chretien não se sente sozinho. Ele avisou que muitos outros países industrializados não conseguirão reduzir o despejo de dióxido de carbono na atmosfera. Foi só uma constatação que não acarretará nenhum tipo de punição, não prevista pelo Espírito do Rio .

O presidente francês Jacques Chirac devotou o seu discurso ao esgotamento das fontes de água potável, preocupação parcial de vários outros chefes de estado. Pesquisas francesas demonstram que o consumo de água dobra a cada 20 anos. E a Organização Mundial de Saúde acusa a poluição da água de matar 25 milhões de pessoas por ano. A França lançou o convite para que o mundo se reúna em Paris, no ano que vem, para a tomada de medidas urgentes.

Os diplomatas de 173 países que participam do balanço de cinco anos da Rio-92 debruçavam-se sobre um problema inesperado: o futuro parece "pior" ou "não muito melhor?" O impasse paralisou a comissão que está escrevendo a declaração final da Cúpula da Terra. Alguns parágrafos já foram vencidos. Tratam de reafirmar os compromissos assumidos no Rio, a necessidade "mais urgente agora do que nunca" de adotar a Agenda 21 e de partir de "palavras para fatos".

Fonte: O Estado de São Paulo
Moisés Rabinovici

ENTIDADE PEDE PROJETOS CONTRA GASES

Mundo

Rio de Janeiro - Brasil

Março de 1997

O diretor da Unctad's Greenhouse Gas Emissions Trading Project (organismo da ONU), Frank Joshua, defendeu o apoio de países a um projeto que estabeleça programas para reduzir a emissão de gases que causam o efeito estufa (aquecimento da Terra).

Joshua comanda um organismo que tenta estabelecer as bases para um mecanismo que, reunindo pelo menos dez países, estabeleceria programas-pilotos que se mostrassem viáveis financeiramente.

Ele debateu a questão em encontro da Rio +5, que teve a participação do físico da USP José Goldenberg (ex-secretário do Meio Ambiente de Collor).

Joshua disse que alguns países já se mostraram interessados em participar desse fórum comercial. Dentre eles, ele citou os EUA, Canadá, Alemanha, Grã-Bretanha, Japão, Holanda e Noruega.

Ele afirmou que, até o ano 2000, os primeiros programas-pilotos poderiam estar funcionando. Segundo Joshua, recursos públicos e privados seriam utilizados em programas de conversão da matriz energética dos países, visando à redução da emissão de gases como o gás carbônico.

Para Goldenberg, o incentivo a um programa de criação de tecnologias alternativas depende, antes de tudo, do estabelecimento de um acordo legal em que os países signatários se comprometeriam a reduzir suas emissões de gases.

Goldenberg afirmou que, felizmente, os governos de países como os EUA vêm se mostrando favoráveis a assinar uma proposta que limite a emissão dos gases em reunião oficial que tratará do assunto em dezembro, no Japão.

Apesar das divergências entre os países, Goldenberg disse esperar que, no Japão, os países industrializados concordem em estabelecer a meta de reduzir, até 2005, as suas emissões de gás carbônico aos níveis de 1990.

“Isso significaria na prática uma redução de 10%”, disse.

Segundo ele, algumas tecnologias alternativas – que exploram, por exemplo, a força dos ventos – já vêm sendo empregadas com sucesso para a redução da dependência dos combustíveis fósseis.

“Na Inglaterra, o vento está se tornando uma fonte importante de energia”, disse. No caso do Brasil, ele defendeu o uso crescente da biomassa como fonte de energia.

“A biomassa é o petróleo dos pobres”, disse. O programa de produção de álcool para veículos automotores é um exemplo do uso da biomassa como fonte energética. O governo federal, porém, está desativando o programa.

Sem o subsídio governamental, o álcool ficaria mais caro que a gasolina, inviabilizando o programa. Goldenberg afirmou ser importante que o programa do álcool seja

preservado, “mesmo que o governo imponha um imposto ambiental, um imposto verde”.

Fonte: Folha de São Paulo
Márcio Moreira

ENTIDADE FARÁ CAMPANHA CONTRA **CONSUMO**

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

Segundo os organizadores, “necessidade de gastar” compromete ambiente

Aproveitando o fato de a realização da Rio +5 coincidir com o Dia Internacional dos Direitos do Consumidor, celebrado hoje, a Consumers International, uma federação de 215 organizações de defesa do consumidor em mais de 90 países, decidiu iniciar uma campanha para reduzir os atuais padrões de consumo. A campanha tem tudo a ver com a defesa do ambiente, mostraram os organizadores.

Enquanto os ambientalistas propõem um estilo de vida “dentro dos limites do ecologicamente possível e ao qual todos podem aspirar razoavelmente”, no mundo explodiu uma necessidade de gastar por parte de uma classe média em rápido crescimento.

Essa tendência ao consumo excessivo é tão difundida que, de acordo com a revista inglesa *The Economist*, citada pelos organizadores da campanha, o valor dos bens de luxo, tais como roupas da moda e carros novos, vendidos pelo mundo todo, atualmente, excede à soma do Produto Interno Bruto (PIB) de dois terços das nações mais pobres do mundo.

Mais preocupante, segundo a Consumers International é que, embora vários grupos de consumidores estejam trabalhando na promoção de um consumo sustentável, os

esforços individuais ou de pequena escala não conseguem mais ser efetivos e são sufocados pelos sistemas agressivos de promoção e de marketing.

“Ainda dá para reverter a situação”, recomendou Erna Witoelar, presidente da Consumers International. “A campanha adotará estratégias diferentes em cada país, respeitando as particularidades de cada um.” No Brasil, explicou Tereza Liporace, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a meta é direcionar os padrões de compra recém adquiridos. “Não queremos impedir ninguém de comprar, mas esclarecer sobre o desperdício e dos produtos mais amigos do ambiente”, explicou.

Financiamento – O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) deverá receber US\$ 80 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento de projetos nos próximos três ou quatro anos. As negociações estão bem encaminhadas e deverão ser concretizadas em abril, quando uma missão do BID se reunirá com o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause. A informação foi dada durante debate sobre a Agenda 21 Amazônica, no Rio, pela coordenadora do FNMA, Cecília Ferraz. “Isso representará um grande incentivo para que possamos tocar dezenas de projetos em curso e outros que estão sendo aprovados”, declarou Ferraz.

Fonte: O Estado de São Paulo
Martha San Juan França e Sílvio Barsetti

ENCONTRO PEDE MAIOR PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

O presidente do Conselho da Terra, Maurice Strong propôs, na abertura da Conferência Rio +5, uma forma de

atuação diferente daquela que a antecedeu e inspirou: a Rio-92. O evento que termina dia 19, pretende ser "a expressão do engajamento da sociedade civil na questão ambiental". Segundo Strong, a participação da sociedade foi responsável pela manutenção dos compromissos da Agenda 21, documento preparado na Rio-92, cuja avaliação é o objetivo da Rio +5. "Durante esta semana, vocês vão ouvir falar em 1,8 mil Agendas 21, feitas por municípios", disse. "Elas mostram que quando há vontade, é possível fazer alguma coisa".

Strong acrescentou que a Rio +5 pretende fazer uma coisa que nem os países nem as Nações Unidas conseguiram, isto é, juntar todos os aspectos do ambiente em projetos, como as questões relativas ao clima e à preservação de espécies. "O problema ambiental é de causa e efeito e deve ser tratado de forma sistêmica", afirmou. "Os governos e organizações ainda não conseguiram fazer isso; vamos deixar os cidadãos mostrar suas idéias."

Durante um ano, o Fórum Rio +5 promoveu consultas a mais de 6 mil pessoas de 80 países, assim como pesquisas desenvolvidas por organizações mundiais. Os delegados do fórum examinaram mais de 70 relatórios com questões relativas ao desenvolvimento sustentável, incluindo controle de poluição e proteção à diversidade biológica. Outros relatórios destacam os males à saúde provocados pela degradação ambiental, o papel dos setores financeiro e industrial e avanços no sentido de aproveitamento de energia.

Para o presidente do Conselho da Terra, "houve pouca mudança de curso, em relação ao que foi defendido na Rio-92". Para ele, "o crescimento econômico traz custos que serão pagos, em sua maioria, pelos pobres do mundo, se for seguido o modelo econômico dos países já industrializados".

A conferência começou com uma cerimônia indígena, em que o cacique xavante Aniceto presenteou Strong com um cocar. O cacique, apesar de não representar oficialmente a comunidade indígena, reclamou das mudanças na Fundação Nacional do Índio (Funai), que obrigaram os índios a procurar órgãos diferentes para resolver seus problemas, como os de saúde a apresentação do grupo Olodum e a exibição de um

vídeo sobre a Rio-92 e os problemas ambientais ainda não resolvidos.

A diretoria do Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais (ONGs), Kátia Maia, afirmou que o objetivo do Rio +5 é manter um "compromisso com a sociedade e com o desenvolvimento sustentado", em vez de tomar decisões específicas em relação à biodiversidade, florestas e clima, como houve na Rio 92. O governador do Rio, Marcello Alencar também destacou a participação das ONGs para avanços na questão ecológica. "As vanguardas vão ter de continuar suas ações, às vezes radicais, para conseguir suas reivindicações", declarou, em seu discurso.

Elogio

A ausência de avaliação dos compromissos firmados na Agenda 21 irritou militantes ecológicos presentes ao evento. "A abertura foi um amontoado de platitudes, e os discursos poderiam Ter sido feitos em qualquer conferência, sobre qualquer assunto, em qualquer época", reclamou o presidente do Partido Verde, Alfredo Sirkis. Além de Strong, Kátia e Alencar, também falaram o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, e o embaixador Flávio Perry, representando o governo federal. Refletindo a pouca ação do governo na área ambiental, Krause apenas elogiou o trabalho das ONGs, segundo ele, "visionárias que enxergaram além do seu tempo".

Para Sirkis, é frustrante a ausência de uma avaliação séria da Rio-92 e de denúncias sobre a falta de cumprimento dos projetos assumidos na Rio-92.

Fonte: O Estado de São Paulo
Gustavo Alves

EMPRESAS REFORMULAM MODELOS DE PRODUÇÃO

Mundo

Rio de Janeiro - Brasil

Indústrias percebem que o papel de vilão é um mau negócio e procuram mudar essa imagem: agora eles se vêem obrigados a atender um consumidor que cada vez mais exige “produto ecologicamente correto”

Os primeiros sinais de mudança da consciência ambiental no mundo empresarial começam a se materializar. Historicamente apontadas como as grandes responsáveis pela poluição do ar e das águas, pela produção de lixo tóxico e pelo alto consumo de energia e água, as indústrias começam a perceber que o papel de vilã é um mau negócio. Tentam mudar a imagem sobretudo onde o consumidor tem poder de boicote ou a possibilidade de optar pelo produto “ecologicamente correto” da concorrência.

Na Rio-92, o setor empresarial assumiu o desafio de alinhar suas práticas ao desenvolvimento sustentável. “Cinco anos depois, acreditamos ter uma história para contar”. Assim se apresentam os empresários, reunidos no Conselho Mundial de Negócios pelo Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), em seu documento Sinais de Mudança, apresentado na Rio +5.

Os empresários do WBCSD representam 120 companhias de 35 países e estão envolvidos na discussão de seis grandes temas: comércio e ambiente; produção e consumo sustentáveis; clima e energia; ecoeficiência; mercados financeiros e recursos naturais. “Queremos mostrar que não somos o problema, mas parte da solução”, diz Ted Button, do WBCSD.

Segundo Button, a solução empresarial dos problemas ambientais passa pelas leis de mercado e pela reinterpretação da linguagem dos ambientalistas em contato com a realidade dos processos industriais, da produção de bens e do atendimento ao consumidor. “Os documentos produzidos na Rio-92 contêm instruções endereçadas a governos e organizações não-governamentais (ONGs)”, afirma Button. “Começamos a tratar de custos para chegar ao conceito de ecoeficiência.”

Para o empresário, um dos maiores defeitos dos documentos da Rio-92 é a possibilidade de criar um excesso de controle por parte dos governos. “Se os governos estabelecem o caminho, os empresários não vão gastar tempo e dinheiro procurando meios melhores e mais baratos de produzir o desenvolvimento sustentável”, explica. Mas se os governos definirem os objetivos e deixarem o mercado livre, os empresários continuarão procurando os caminhos.”

Pauta define nova mentalidade

As principais mudanças detectadas pelo Conselho Mundial de Negócios pelo Desenvolvimento Sustentável (WBCSD) na mentalidade dos empresários, em relação ao ambiente, são:

- Ver possibilidades de economizar e novas oportunidades no conceito de desenvolvimento sustentável, e não apenas aumento de custos e dificuldades.
- Deixar de pensar em tratar a poluição na saída da fábrica e buscar tecnologias mais limpas em todo o processo.
- Considerar ambiente e questões sociais um assunto de toda a companhia e não somente dos departamentos técnicos.
- Trocar a premissa da confidencialidade por abertura e transparência.
- Trocar os lobbies por discussões abertas com parceiros.

Fonte: O Estado de São Paulo
Liana John

“ECOCIDADÃO” DEVERÁ SER NOVO ALIADO DOS GOVERNOS, DIZ MINISTRO

Mundo

Nova York - EUA

Junho de 1997

Segundo Gustavo Krause, a expressão resume o novo e o reciclado “espírito do Rio”

De pé no corretor do décimo andar do Hotel Inter-Continental, véspera de abrir com um discurso a Cúpula da Terra, o presidente Fernando Henrique Cardoso comentou: "Chegará o momento em que no Brasil haverá tanta preocupação com meio ambiente como aqui nos Estados Unidos."

No quarto 1.057, o ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Gustavo Krause, resumiu com uma expressão ao Estado qual seria o novo "espírito do Rio", reciclado para a 19ª Sessão Especial da Assembléia-Geral das Nações Unidas para Avaliação da Implementação da Agenda 21, que abre com expectativa sobre uma iniciativa mantida em sigilo pelo Brasil, Alemanha, África do Sul e Cingapura.

"Ecocidadão", revelou o ministro Krause. "É o cidadão internetizado, celularizado e globalizado, aquele que não contribui para a chuva ácida, mas é vítima dela".

O "ecocidadão", para o ministro Krause, pode ser "o grande aliado" dos governos para recriar o "espírito do Rio", forjado com promessas de limpeza da Terra por mais de cem líderes mundiais em 1992 – mas que hoje não passa de "ar quente no aquecimento global", como criticou o jornal The New York Times, concluindo que "há pouco o que celebrar" no encontro que começa hoje, reunindo 70 chefes de Estado em Nova York.

As promessas feitas há cinco anos não foram cumpridas por falta de um elo entre a economia de mercado, que quer crescer a qualquer preço, mesmo à custa da degradação do ambiente, e a gestão ambiental, mesmo que exercida com 'poderes de xerife'. O ministro Krause acrescenta um exemplo: "Quando é que nas contas nacionais leva-se em consideração o passivo ambiental?"

A imprensa americana atribui o fracasso do "espírito do Rio" à falta de "dentes" nos acordos assinados. Não há punições previstas para quem não cumprir metas.

Krause lembrou que os ministros de Economia não participam das discussões ambientais. Ele gostaria de ouvir

ainda frase jamais dita numa reunião de governo: "Vamos crescer 5%, descontando os 2% do passivo ambiental."

Com a "ecocidadania" poderão ocorrer mudanças. "O presidente Fernando Henrique já disse que fará o produto interno bruto crescer sem a degradação do ambiente", acrescentou.

Crítica

O presidente Fernando Henrique Cardoso elogiou a consciência ambiental dos Estados Unidos enquanto esperava o ex-presidente Itamar Franco no corredor do Hotel Inter-Continental.

O governo norte-americano, porém, está sendo muito criticado por ceder às pressões de sua poderosa indústria, que publicou uma advertência em três páginas do Wall Street Journal, equiparando uma redução na emissão de gases aos níveis de 1990, no ano 2000, como uma "política de bancarrota".

O presidente Bill Clinton discursa na reunião, que começa na ONU. Mas, já se antecipa que ele só aceitará compromissos na próxima reunião marcada para Kyoto, no Japão, em dezembro.

"Com somente 4% da população mundial, os Estados Unidos produzem mais de um quinto dos gases que provocam o efeito estufa, como o dióxido de carbono, que está contribuindo para um gradual e potencialmente perigoso aquecimento da Terra." Como os incentivos preparados pelo governo brasileiro ao uso de combustíveis limpos, como o álcool, o New York Times sugere o desenvolvimento de novas tecnologias e investimentos em mais formas de energia.

Um imposto sobre o carbono despejado na atmosfera, já sugerido, não seria aprovado pelo Congresso norte-americano. E a proposta americana de manter seus níveis de poluição investindo na limpeza de outros países não foi bem recebida nas negociações preliminares para a reunião. A idéia, no entanto, ainda pode evoluir para a criação de um fundo

mundial alimentado pelos países ricos, já batizado de “clear fund”.

Protesto na rocha

Rockall – Ativistas do Greenpeace penduraram uma grande faixa na rocha Rockall, no Oceano Atlântico, com uma mensagem para a Cúpula da Terra 2. Eles protestam contra a exploração de petróleo e as alterações no clima.

Fonte: O Estado de São Paulo
Moisés Rabinovici

ECO-92 INCENTIVOU NASCIMENTO DE ENTIDADES

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

Uma detalhada lista de organizações ambientalistas brasileiras, publicada agora por ocasião da Rio +5, revela que a “Rio menos 5” (a Eco-92) foi causadora de uma expansão notável delas no país, que incluiu uma profissionalização crescente.

Esse efeito multiplicador no ambientalismo brasileiro da realização da conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente no Rio de Janeiro em 1992 é observável pelos resultados dessa compilação, a Ecolista.

Descobriu-se o que já era suspeitável – entre outras coisas que, das 985 instituições ambientalistas que responderam ao questionário (260 governamentais e 725 não-governamentais), apenas 39,2% têm mais de dez anos de existência.

O projeto da Ecolista foi patrocinado pelo FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente) e Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

Os realizadores são duas ONGs (organizações não-governamentais), o WWF (Fundo Mundial para a Natureza), sediado em Brasília, e o Mater Natura, de Curitiba.

A profissionalização crescente se nota no aspecto do financiamento. Das entidades, 28,8% não responderam a esse item do questionário. Mas foi possível ver que 15,3% delas têm verba anual de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil, e 3,9% passaram de R\$ 500 mil.

Apesar do crescente apoio dado por empresas ao ambientalismo (14,8% recebem financiamento de empresas), os dados da lista permitem ver, por exemplo, que 173 ONGs recebem de 75% a 100% de sua receita de contribuição de sócios.

No outro extremo, há 12 ONGs que não mereciam o nome "não-governamental", pois recebem de 75% a 100% de sua receita dos governos federal, estadual ou municipal.

Os pesquisadores calculam em R\$ 84 milhões a verba anual das ONGS (em valores de 1994). Uma versão anterior da lista tinha sido feita pela Mater Natura em 1992, com 1.533 ONGs cadastradas.

"A redução não significa que o número de ONGs diminuiu, mas apenas que pela primeira vez é possível ter uma estimativa mais confiável do número de ONGs ambientalistas no Brasil", dizem os autores da lista. Foram mandados 1.970 questionários, e houve cerca de metade de respostas.

A lista revela um grande número de entidades com atuação apenas local. "O problema ambientalista não é resolvido só com grandes políticas em Brasília", diz Paulo Pizzi, presidente da Mater Natura.

Fauna e flora podem ser a área de atuação mais citada (67,6%) mas há 49,4% de ONGs que se preocupam com o meio ambiente urbano. A maioria atua em educação ambiental (81,5%) e projetos em comunidades locais (56,3%).

DIRETOR-GERAL DA UNESCO ALERTA PARA UMA CRISE MUNDIAL DA ÁGUA

Mundo

Rio de Janeiro - Brasil

Março de 1997

O diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura (Unesco), Federico Mayor Zaragoza, manifestou na Rio +5, a sua preocupação com a falta de uma gestão racional dos recursos hídricos no mundo. Antecipando o relatório A Água no Mundo: é o bastante?, que será apresentado na próxima reunião do Conselho Mundial das Águas em Marrakesh, Marrocos, ele revelou que no ano 2025 dois terços da população mundial estarão vivendo problemas relacionados com a falta de água.

“A água ameaça tornar-se uma questão grave de natureza geopolítica”, disse Federico Mayor. O estudo que será apresentado em Marrakesh mostra que as 200 bacias hidrográficas mais importantes do mundo estão localizadas em áreas de fronteiras, o que significa uma grande ameaça de conflito principalmente em regiões explosivas como o Oriente Médio.

Segundo os números da Unesco, 97% dos 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos de água são salgadas. Dos 3% restantes, 77% estão congeladas nas calotas polares e 22% são subterrâneas e demandariam muitos gastos para serem aproveitadas. Sobra então 1% de água potável na superfície que pode ser usada pela população mundial.

O representante da Secretaria de Recursos Hídricos na Rio +5, Bernard Grisinger, disse que o Brasil estará presente em Marrakesh, pois o País é estratégico no que se refere à quantidade de água disponível. O secretário Paulo Romano pretende a criação de um grande mecanismo articulador para estabelecer padrões mínimos de monitoramento de recursos hídricos e a proliferação de iniciativas do cidadão em prol da defesa das águas.

DIRETOR QUER CRIAR 'GRUPO DOS 8'

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

O vice-presidente do Worldwatch Institute, Christopher Flavin, defendeu na Rio +5, que oito países – dentre eles os EUA e o Brasil – se reúnam em um grupo para pressionar os líderes mundiais a cumprir os tratados da Eco-92 (Conferência da Organização das Nações Unidas feita no Rio em 92).

O Worldwatch é um instituto de pesquisa com sede nos EUA. Em seu relatório de 97 sobre os progressos obtidos em prol de uma "sociedade sustentável" (que se desenvolve com a proteção ambiental), os oito países estão mal.

Falvin disse ter ficado surpreso com a existência de oito nações – os industrializados EUA, Japão, Alemanha e Rússia e os em desenvolvimento Brasil, China, Índia e Indonésia – que, juntas, ao as maiores causadores de grandes problemas ambientais do planeta.

Segundo o estudo do Worldwatch Institute, esses países reúnem 56% da população, 59% da produção econômica, 58% das emissões de gases que provocam o efeito estufa e 53% das florestas.

Flavin acha "muito complicado" colocar todas as nações da ONU discutindo a implementação dos acordos da Eco-92.

Por isso, ele defende que esses oito países se reúnam – a exemplo do G-7, o grupo dos sete mais desenvolvidos – em um fórum permanente. Não foi cumprida, por exemplo, a Convenção de Clima, que estipulava que os países deveriam reduzir suas emissões de gases que provocam o efeito estufa.

Fonte: Folha de São Paulo
Ricardo Bonalume Neto

DESMATAMENTO AUMENTOU NOS ÚLTIMOS **5 ANOS**

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

Para Christopher Flavin, da WWI, Rio-92 não fracassou, mas principal mudança está distante

Oito países são considerados chave para o sucesso das duas principais convenções assinadas na Rio-92: a de mudanças climáticas e a de biodiversidade. De acordo com o World Watch Institute (WWI), organização com sede em Washington (EUA), os oito pesos pesados do ambiente global são China, Índia, Estados Unidos, Indonésia, Brasil, Rússia, Japão e Alemanha. "Juntos, eles respondem por 56% da população mundial e 53% das florestas e emitem 58% do dióxido de carbono do mundo, o principal gás causador do aquecimento da atmosfera", afirmou Christopher Flavin, do WWI, um dos autores da publicação *State of the World*, que anualmente avalia os recursos naturais e o ritmo de destruição ambiental de todos os países.

Flavin disse que a Rio-92 não teve nenhum efeito sobre as taxas de desmatamento ou sobre a emissão de carbono para a atmosfera. "Ao contrário, as taxas de desmatamento continuam crescendo no mesmo ritmo e as emissões de dióxido de carbono ficaram ainda piores", afirmou. "Ainda é cedo para falarmos em fracasso da Rio-92, pois existem iniciativas locais e regionais de sucesso, mas as estatísticas globais mostram que a principal mudança ainda está muito distante."

O principal aumento nos desmatamentos ocorreu na Sibéria, por causa do colapso dos sistema de fiscalização da ex-União Soviética. O aumento das emissões de carbono deve-se, principalmente, a um maior consumo de energia e do nível de industrialização da Ásia e da América Latina. Na China, em particular, o acesso da população a eletrodomésticos responde pela maior parte do aumento nas emissões. Nos Estados Unidos, apesar das leis mais rigorosas, as emissões de carbono por

pessoa caíram muito pouco e ainda são duas vezes maiores do que as da Europa. No Brasil, as emissões são muito baixas, por causa da grande disponibilidade de energia hidrelétrica, mas as taxas de crescimento preocupam.

O único país com resultados positivos, entre os oito pesos pesados, é a Alemanha. Lá, os impostos sobre poluentes e o incentivo à conservação de energia pela indústria e pelos consumidores resultaram efetivamente na diminuição das emissões, nos últimos cinco anos. A Alemanha também investiu em energia eólica (de vento) e de biomassa. Hoje é o primeiro produtor de energia eólica do planeta, na frente dos Estados Unidos e da Dinamarca, que em 92 ocupavam o primeiro e o segundo lugares, respectivamente.

Outro ponto positivo, observado pelo WWI, foi o aumento de fluxo do capital privado, do Norte para o Sul. Segundo dados do Banco Mundial, em 1990 a iniciativa privada dos países industrializados investiu US\$ 44 bilhões nos países em desenvolvimento. Em 1996, o fluxo Norte-Sul subiu para US\$ 234 bilhões de dólares. Por um lado, esse aumento de investimentos redundou em mais projetos de proteção ambiental e redução da poluição. Mas, em alguns casos, significou a simples transferência dos problemas ambientais de um país para o outro.

É necessário discutir isso em níveis elevados, com um olhar mais internacional, pois a atmosfera é a mesma, sejam as emissões no Norte ou no Sul”, observou Christopher Flavin. Ele acredita na renegociação de cotas de emissão de carbono internacionais ou do imposto sobre a queima de combustíveis fósseis. Esta medida foi proposta na Rio-92 e derrubada pelos grandes consumidores e pelos produtores de petróleo (EUA e países árabes). “Agora, cresceu o interesse no estabelecimento desta medida e há esperança de aprová-la na reunião oficial da Convenção de Mudanças Climáticas, a ser realizada no Japão, ainda este ano”, finalizou.

CUT CONDENA AÇÃO AMBIENTAL DE FHC

Mundo

Rio de Janeiro - Brasil

Março de 1997

A direção da CUT (Central Única dos Trabalhadores) pretende entregar hoje ao presidente Fernando Henrique Cardoso, no Rio, um documento condenando a atuação do governo na questão ambiental.

FHC fará uma palestra sobre a política ambiental brasileira, na conferência Rio +5. O coordenador nacional de meio ambiente da CUT, Pedro Ivo Batista, disse que não está prevista manifestação de trabalhadores, já que o hotel Sheraton, onde acontece a Rio +5, não tem espaço para grandes aglomerações.

A "Avaliação da CUT sobre a Política Ambiental Brasileira", um texto de uma página, sustenta que não existe, de fato, uma política para o meio ambiente.

"O governo não tem uma estratégia, mas apenas atuações pontuais", disse Pedro Ivo Batista.

Na avaliação da CUT, a criação, por decreto presidencial, da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional não representa avanços.

Segundo a entidade, o fato de a comissão ser vinculada à Câmara de Políticas dos Recursos Naturais, composta por ministros, e não ter poder deliberativo mostra a "verdadeira intenção do governo: excluir a sociedade civil e os trabalhadores das discussões".

Batista afirmou que o problema ambiental mais sério atualmente no Brasil é o da Amazônia, onde estariam atuando madeireiras asiáticas que utilizariam trabalho escravo e fariam contrabando.

Outros problemas que necessitam de atuação imediata, segundo a CUT, são a extinção da Mata Atlântica, a devastação do cerrado e a desertificação no Nordeste.

A CUT defende a intervenção governamental para a reforma urbana, para melhorar a qualidade de vida, e a reforma agrária.

No campo, seria necessário acabar com as monoculturas, garantindo a diversidade de espécies e maior equilíbrio ecológico. A CUT pede, junto com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o fim dos latifúndios.

A Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) também participará da entrega do documento.

Fonte: Folha de São Paulo
Márcio Moreira

CÚPULA DA TERRA TENTA RESGATAR **'ESPÍRITO DO RIO'**

Mundo

Nova York - EUA

Junho de 1997

O "Espírito do Rio", desencarnado da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), não vai se materializar em Nova York – a encarnação da sociedade que mais consome recursos e produz lixo no mundo -, quando for invocado pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso, Bill Clinton e vários outros chefes de Estado, para um balanço de quinto aniversário.

O "Espírito do Rio" promoveu a venda de 35 milhões de camisetas Salve o Planeta e foi dissecado em 70 mil páginas de comunicados distribuídos à imprensa pela Organização das Nações Unidas (ONU). Mas, das solenes promessas feitas com fanfarras por cerca de 100 líderes e 10 mil diplomatas de 178 países, no Rio, há 5 anos, resta uma única clara lembrança – "um único e importante resultado", como está admitindo o subsecretário de Estado para Assuntos Globais, Timothy Wirth, o ambientalista internacional do presidente Bill Clinton: "A atenção do mundo para o ambiente tornou-se universal".

As doenças da Terra são como o "câncer" para Wirth: "Não o curamos, ainda, mas estamos progredindo".

O "pequeno homem de grandes idéias", o canadense Maurice Strong que foi secretário-geral da Rio-92 e agora voltou à ONU por salário simbólico de US\$ 1 ao ano, esperava que o "câncer" fosse tratado imediatamente depois dos diagnósticos feitos há cinco anos. E está decepcionado: "Se continuarmos na atual direção, nosso destino será a bancarrota ecológica." Ele acrescenta, ressentido: "A maioria dos países não cumpriu suas promessas."

O presidente Fernando Henrique Cardoso vai tentar ressuscitar o "Espírito do Rio" com o apoio dos primeiros-ministros da Alemanha, Helmut Kohl, e de Cingapura, Goh Ghok Tong, e do primeiro vice-presidente da África do Sul, Thabo M. Mbeki. Eles planejaram "uma iniciativa" conjunta na ONU, mas não revelaram qual será, decididos a criar um certo suspense.

Em comunicados simultâneos divulgados nos quatro países, deixaram vazar apenas que "serão medidas destinadas, principalmente, à proteção do clima e de florestas", antecipando um renovado esforço para "a promoção do desenvolvimento sustentável em todo o mundo".

Sem apoio

O "Espírito do Rio" não foi convidado à Casa Branca, em Washington. O governo americano já avisou, há uma semana, que não está disposto a apoiar nenhum objetivo específico de cortes na produção de dióxido de carbono e de outros gases para combater o aquecimento global. Pressionado pela poderosa indústria dos Estados Unidos, que teme o sufoco da economia com o abafar da poluição, o presidente Clinton adiou para dezembro, em Kyoto, no Japão, o inevitável confronto com outros 166 países já comprometidos, por tratado, a entrar no ano 2000 com os mesmos níveis de emissão de gases de 1990.

"Será a mais importante decisão econômica deste século e também do próximo", alertaram 130 indústrias como Exxon, General Motors e General Electric em três páginas pagas

no Wall Street Journal. É preciso mais debate e menos pressa em concluir compromissos políticos”, recomendam.

Os “verdes” americanos estão preparando protestos contra os Estados Unidos. Mas o Greenpeace já demonstrava uma certa resignação em guardar toda munição para a reunião no Japão.

“Alcançamos o pico na Rio-92”, explica o presidente da nova Cúpula da Terra, o malaio Razali Ismail. “Desde aquele ano, estamos baixando.” Chegou o momento de “falar sobre detalhes específicos” e não mais da “visão geral”.

A União Européia propõe para o ano 2010 uma redução de 15% em relação aos níveis de 1990 dos três gases que provocam o efeito estufa – dióxido de carbono, metano e óxido de nitrato. Clinton defende a “máxima flexibilidade” e está até sugerindo a introdução de cotas de poluição. A idéia é permitir que os Estados Unidos ganhem crédito para poluir em troca de investimento na redução da poluição em outros países.

O Japão e o mundo árabe produtor de petróleo são a favor. As nações-ilhas são contra e têm pressa: querem já para 2005 um limite 20% menor do que os níveis de 1990. Se a temperatura na Terra aumentar muitos poderão ser engolidas, como milhões de litorâneos, pelos oceanos avolumados com o derretimento de geleiras.

Tapete carcomido

O “Espírito do Rio” foi caçado no Brasil e nos Estados Unidos pelo jornal The Boston Globe. O repórter Stan Grossfeld, enviado à Paragominas, norte do Pará, descreveu: “Com muita fumaça, mas pouca publicidade, a floresta brasileira está desaparecendo muito mais rapidamente do que antes da Rio-92.”

Ele calcula que um Estado do Massachusetts esteja sendo destruído por ano. A emissão de dióxido de carbono atingiu picos recordistas e o governo americano reduziu a ajuda internacional que se comprometera a elevar.

Grossfeld viu do avião um “tapete carcomido”, não a floresta amazônica. E ouviu de Steve Schwartzman, o amigo

americano de Chico Mendes e ativista do Environmental Defense Fund, que "o maior efeito ecológico da Rio-92 foi um enorme golpe de relações-públicas do governo do Brasil". Para ele, há uma distância grande entre retórica e realidade.

Outro repórter do Boston Globe, Scott Allen, descobriu que o "Espírito do Rio" e "o estilo de vida dos Estados Unidos" são incompatíveis.

"Cada americano consome a quantidade imbatível de 18 toneladas por ano de materiais variando de papel do Maine ao café produzido em clareiras de floresta; e carros e caminhões valem por 5% de todo o dióxido de carbono, líderes mundiais dos gases que provocam o efeito estufa." Comparado com 1992, os americanos estão dirigindo 10% mais quilômetros e emitindo quase 10% mais de dióxido de carbono.

"A qualidade do ambiente na Terra está declinando com o consumo ou a destruição de fontes de água, solos, florestas e ar mais rápido do que tornaria possível uma natural recuperação", observava um relatório de 500 cientistas entregue à ONU, em janeiro. "Se permitirmos que essa tendência continue, esgotaremos os ingredientes essenciais para a vida no planeta", diz a diretora-executiva do Programa Ambiental das Nações Unidas, Elizabeth Dowdeswell.

O ex-presidente George Bush ajudou a forjar o "Espírito do Rio". Ele era o "presidente ambientalista" dos EUA. O acordo de biodiversidade que assinou, relutantemente, até hoje não foi ratificado pelo Senado.

Por ele, países como o Brasil ganhariam uma participação nos lucros de remédios e outros produtos extraídos da fauna tropical, como um estímulo para a proteção das espécies, ou a criação de bancos genéticos, jardins botânicos e zoológicos. O presidente Clinton apóia o tratamento, já ratificado por cem países, mas lhe faltam os dois terços necessários para passá-lo pelo Congresso.

Governo dividido

O "Espírito do Rio" alimenta-se do "exemplo dos Estados Unidos", afirma Maurice Strong. E "o governo americano está dividido", paralisado, constata o cientista político Robert Paarlberg, um ambientalista internacional da Universidade de Wekkeskey. Nos corredores da ONU, alguns diplomatas latino-americanos ironizavam: "Washington quer reformar o mundo, limpá-lo da poluição, mas é o maior poluidor."

Os profetas do fim próximo do mundo já começaram a passear diante da ONU. Há quem sustente que a Terra vai virar um deserto. Autores de um estudo sobre o Banco Mundial, Mudança do Clima da Terra para Negócios, Daphne Wysham e Jim Valette, do Institute for Policy Studies e do Internacional Trade Information Service, sustentam que os empréstimos concedidos desde a Rio-92 acrescentarão 36 bilhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera, ou 9 bilhões de toneladas a mais do que os níveis de hoje. Sentem-se "traídos".

"O braço esquerdo do Banco Mundial financia US\$ 110 milhões por ano em projetos amistosos para o clima, enquanto o braço direito investe de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões por ano em projetos que aumentaram as alterações climáticas."

O Banco Mundial desmente: todos os projetos aprovados depois da Rio-92 incluíram medidas de uso eficiente de energia. Mas uma nota distribuída à imprensa, em preparação à nova Cúpula de Terra, em Nova York, surge a constatação de que "o estado atual do ambiente global continua sendo causa de profunda preocupação". Com uma agravante: a emissão de dióxido de carbono nos países em desenvolvimento "saltou em 25% desde a Rio-92. ": A poluição está pior em muitas cidades, com 1,3 bilhão de pessoas afetadas pelo envenenamento do ar."

Com 70 chefes de Estado engarrafando ruas já carregadas de tráfego, montes de lixo nas calçadas e turistas em consumo desenfreado, Nova York revive o "Espírito do Rio". Mas ele talvez não sobreviva ao balanço dos cinco anos.

COORDENADOR DA CUT ATACA ESCOLHA DE PATROCINADORES

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

O coordenador de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Pedro Ivo Batista, conseguiu os aplausos mais fortes na palestra de abertura da Rio +5, criticando patrocinadores e participantes do evento, assim como a participação de Israel Klabin, empresário do setor de papel. "A Souza Cruz é uma empresa poluidora e todo mundo sabe que as indústrias de papel e celulosa são das que mais poluem", atacou.

Depois da palestra, Batista afirmou que a participação da Souza Cruz não tira a credibilidade do evento. "O que questiono são as empresas que patrocinam a Rio +5 mas não aceitam discutir seus padrões de produção antiecológicos", explicou. A CUT vai divulgar um documento com sua avaliação do cumprimento da Agenda 21 pelo governo brasileiro – e Batista avisou que, segundo o documento, "não existem políticas públicas" que incorporaram os compromissos do documento preparado na conferência ambiental Rio-92.

O sindicalista lamentou que, na abertura da Rio +5, ninguém tivesse feito menção ao derrame de 600 mil litros de óleo na Baía de Guanabara, ocorrido dias antes. "O governador Marcello Alencar, que estava presente, sequer lamentou o acidente", disse o sindicalista. "Ninguém também lembrou que um dos principais pontos responsáveis pela desclassificação do Rio na competição para sediar as Olimpíadas foi suas péssimas condições ambientais". Da mesma forma que fez na Rio-92, o deputado estadual Carlos Minc (PV-RJ) instalou um "mentirômetro" na conferência. Colocado na porta do Hotel Sheraton, o "mentirômetro" era um cartaz onde estava desenhado o rosto do personagem Pinóquio.

CONVENÇÃO DA BIODIVERSIDADE FOI ESQUECIDA PELOS SIGNATÁRIOS

Mundo

Rio de Janeiro - Brasil

Março de 1997

A Convenção da Biodiversidade, um dos documentos mais importantes da Rio-92, tem força de lei e deveria ser obrigatoriamente cumprida pelos países signatários. Apesar disso, poucas ações concretas podem ser citadas cinco anos após seu surgimento. As difíceis negociações das Nações Unidas (ONU) desapontam ambientalistas e cientistas.

Os Estados Unidos ocupam papel central nesse cenário. O presidente Bill Clinton assinou a Convenção da Biodiversidade, mas o Congresso ainda não ratificou o documento. Mesmo assim, o governo americano participou das três conferências das partes convocadas pela ONU. "Apesar da forte pressão internacional, a decisão definitiva dos Estados Unidos pode demorar até dez anos", acredita o gerente de programa do Ministério do Meio Ambiente, Lídio Coradin.

As empresas de biotecnologia americanas tentam bloquear as negociações. Elas não querem intermediar material genético melhorado com os países de onde as espécies foram retiradas. Outro ponto de discórdia é a divisão de lucros conquistados por fabricantes que importam recursos naturais.

Os países desenvolvidos entendem que espécies melhoradas valem muito, enquanto as silvestres devem custar menos por serem desconhecidas. Inglaterra, França e Alemanha são os maiores opositores à transferência de lucros e tecnologia aos países que cedem a biodiversidade.

Além dos acordos nascidos nas conferências das partes, cada país deveria criar regulamentação própria para o acesso aos recursos naturais. O Brasil conta com a maior biodiversidade do planeta (10% a 15% do total) e ainda não preparou as normas. Um projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) tramita no Congresso desde 1995. O país hesita em criar uma lei muito rígida porque depende de espécies agrícolas (como trigo, milho e feijão) geneticamente melhoradas em

países desenvolvidos. Por outro lado, o interesse dos laboratórios estrangeiros em espécies da Amazônia e da mata atlântica exige regulamentação adequada.

“Ouvimos colocações absurdas nas reuniões da ONU”, conta Coradin. Segundo ele, os países ricos consideram que receber a espécie ao natural e vender o produto melhorado ao país de origem do material já é um benefício. “Eles acham que devemos entregar o princípio ativo e agradecer por termos acesso aos medicamentos que desejam vender”, afirma Coradin.

Fonte: O Estado de São Paulo
Cristiane Segatto

CONFERÊNCIA COBRARÁ COMPROMISSOS **DA RIO-92**

Mundo

Rio de Janeiro - Brasil

Fevereiro de 1997

Cinco anos após a Rio-92 (a ruidosa conferência sobre ambiente que reuniu 102 chefes de Estado e atraiu 15 mil pessoas à capital fluminense), o Brasil ainda não tem sua Agenda 21, a lista de metas necessárias para evitar o esgotamento de recursos naturais. Todos os países participantes do encontro promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) haviam recebido essa tarefa como lição de casa.

A cobrança dos compromissos assumidos pelos governos virá à tona durante a Rio +5, a assembléia que reunirá entidades da sociedade civil entre os dias 13 e 19 no Hotel Sheraton. Eles vão avaliar avanços e retrocessos ambientais ocorridos desde a Rio-92 e apontar caminhos para pôr em prática os cinco documentos resultantes daquela conferência.

O encontro é preparatório para a reunião da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU em abril, em Nova

York, e para a sessão especial da Assembléia-Geral da ONU que fará um balanço oficial da Rio-92 em junho. Promovida pela organização não-governamental Earth Council (sediada na Costa Rica), a Rio +5 contará com 500 participantes de 80 nações.

Não por acaso, o presidente da entidade é Maurice Strong, o secretário-geral da Rio-92 que fechou o encontro dizendo que o mundo não poderia esperar mais 20 anos para traduzir em ações as promessas feitas durante aqueles 12 dias.

"Cinco anos é tempo mais do que suficiente para uma agenda ser estabelecida", acredita Diomar Silveira, um dos coordenadores do Earth Council. "A falta dessa programação revela falta de vontade política dos governos", afirmou.

Boas intenções

A Agenda 21 aprovada na Rio-92 funciona como linha-mestra a ser seguida por todos os continentes, mas cada nação deve ter metas particulares. Sem os documentos preparados por cada país (com prazos definidos), a declaração de objetivos assinada ao final da Rio-92 não passa de uma coletânea de boas intenções.

O plano de ação assumido na conferência (com 40 capítulos em 900 páginas) pressupõe grandes mudanças nos padrões de produção e consumo. A base do acordo é a noção de desenvolvimento sustentável (significa crescimento econômico sem devastação ambiental).

Entre os pontos principais do documento estão temas como população, resíduos tóxicos, oceanos e desertos. Até hoje, menos de 40 países criaram suas agendas e cerca de 70 formaram conselhos nacionais de desenvolvimento sustentável, segundo Silveira. "Ficou feio para o Brasil sediar o evento e não ter nenhum dos dois ainda", comentou.

A secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente, Aspásia Camargo, rebate. "Não ter a agenda não significa que nada avançou." Segundo ela, houve mudanças ambientais positivas no País desde a Rio-92, como a lei de recursos hídricos aprovada em janeiro e a definição de corredores de

biodiversidade (áreas correspondentes a 5% do território nacional que contêm mais de 90% da biodiversidade brasileira).

O impacto dessas ações passará pelo olhar crítico dos representantes de mais de 17 mil organizações não-governamentais, entidades empresariais e institutos internacionais de financiamento durante a Rio +5. Estarão presentes o ex-dirigente soviético Mikhael Gorbachev, o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn; o presidente do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab; o fundador do Conselho Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, Stephen Schmidheiny; o presidente Fernando Henrique Cardoso, entre outros.

A polêmica sobre transferência de tecnologia e recursos que dominou a Rio-92 deve permanecer no centro das discussões cinco anos depois. Cada um dos países ricos assumiu o compromisso de destinar 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) às nações em desenvolvimento. Só assim elas poderiam cumprir preceitos da Agenda 21, como redução de poluentes e uso racional dos recursos hídricos.

Fonte: O Estado de São Paulo
Cristiane Segatto

CIENTISTAS ATACAM VILÕES DO EFEITO ESTUFA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

Se em 1992 ainda havia algumas dúvidas sobre o verdadeiro papel do ser humano no aquecimento do planeta Terra, cinco anos depois os cientistas já chegaram a um consenso: existe, de fato, uma influência nítida das atividades humanas sobre o clima.

As consequências políticas disso são claras. Os países que mais contribuem para esse aquecimento, conhecido como

efeito estufa, não podem mais se esconder por trás da incerteza dos dados científicos.

Resultados preliminares de pesquisas em andamento prometem também boas notícias para o papel do Brasil no clima mundial. A floresta amazônica pode ter um papel importante para reduzir o aquecimento, ao servir de "sorvedouro" para o carbono da atmosfera.

O efeito estufa é provocado pela ação de vários gases – principalmente o dióxido de carbono -, que aprisionam a radiação solar na atmosfera. O dióxido de carbono ou gás carbônico (o dos refrigerantes) é produzido na queima de florestas ou de combustível fóssil.

Discutir essas "mudanças climáticas" foi o objetivo de uma reunião internacional de pesquisadores realizada paralelamente a Rio +5 – que começou patrocinada pela Coppe (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia), da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Ao final da reunião, os participantes deverão produzir um documento com sugestões aos governos representados na Rio +5.

O tom político do documento já ficou claro. Vários cientistas enfatizaram que os países desenvolvidos, por serem os maiores produtores dos gases, deveriam reduzir a emissão, em vez de "comprar" o direito de poluir mais investindo na redução da poluição em países subdesenvolvidos.

O pesquisador Pedro Leite da Silva Dias, do Instituto Astronômico e Geofísico da USP, lembrou que a concentração de dióxido de carbono na atmosfera passou de cerca de 280 ppm (partes por milhão) no início da era industrial para 360 ppm hoje. Isso teria causado um acréscimo de 0,2° C a 0,3°C na temperatura média do planeta nos últimos 40 anos.

O fato de algumas regiões do planeta experimentarem uma diminuição na temperatura média era usado como argumento por quem não queria reduzir as emissões. "Os novos modelos de simulação do clima explicam isso", disse Pedro Dias. Foi possível perceber que o aquecimento muda o comportamento de correntes marítimas.

CARTA TENTA RACIONALIZAR **DESENVOLVIMENTO**

Mundo

Rio de Janeiro - Brasil

Março de 1997

Documento não atende reivindicações de ONGs que pediam fortalecimento de comissões de desenvolvimento sustentável

O ex-presidente da ex-URSS Mikhail Gorbatchov disse que, se o homem não mudar o modelo desenvolvimento planetário, daqui a 20 a 40 anos as alterações na biosfera serão de tal ordem que "a natureza terá que viver sem nós".

Fundador e presidente da ONG (organização não-governamental) Green Cross International (Cruz Verde Internacional), Gorbatchov é um dos principais convidados da reunião ambiental Rio +5, que termina amanhã no Rio.

Ele integra o grupo que discute a redação final da Carta da Terra – documento final da Rio+5, contendo recomendações sobre o meio ambiente e desenvolvimento, a ser entregue na ONU.

"Não estou fazendo drama, mas vejo drama à nossa frente se continuarmos do jeito que estamos (nos desenvolvendo)", disse Gorbatchov. Para ele, a grande tarefa agora é traduzir os princípios da Carta da Terra em políticas e legislações nos diferentes países.

Ele disse que, com o fim do comunismo, é possível "sentar na mesa e conversar" sem que haja conflito de interesses. "Temos a obrigação, por meio do comércio, da ecologia e do direito, de reorganizar o mundo."

Deverá ser anunciada a redação final do documento. A Rio+5 é um encontro de caráter não-governamental. Em junho, Gorbatchov e o organizador da Rio +5, o canadense Maurice

Strong, deverão entregar uma cópia da Carta da Terra na reunião da ONU que fará um balanço oficial dos cinco anos após a Eco-92.

Respeito

De caráter geral, a Carta da Terra defende o respeito ao planeta e a todas as formas de vida. Reivindica a promoção do desenvolvimento social e de sistemas financeiros que contribuam para criar e manter a sustentabilidade da vida, para erradicar a pobreza e para fortalecer as comunidades locais.

Deverá ficar de fora o desejo de ONGs da América Latina de incluir uma recomendação pelo fortalecimento de organismos nacionais como os comitês de desenvolvimento sustentável.

Essas ONGs reclamam que esses organismos – formados por representantes de governos e da sociedade civil para propor ações de desenvolvimento sustentável – não têm funcionado a contento, além de não ter poder deliberativo.

O diretor-executivo da ONG Conselho da Terra, Maximo Kalaw, da organização da Rio +5, disse que esse tema é técnico, devendo ser decidido depois, em termos de legislação, por cada país.

O que diz a Carta da Terra

Os princípios do documento final da Rio +5:

1) Respeito à Terra e à vida – Toda forma de vida possui valores intrínsecos, que devem ser respeitados e cuidados, independente de qualquer utilidade que possam ter para a humanidade

2) Viver sustentavelmente – Promover e adotar modelos de consumo, produção e reprodução que respeitem e protejam os direitos humanos e as capacidades regenerativas da Terra

3) Estabelecer justiça – Defendê-la sem discriminação aos direitos das pessoas à vida, à liberdade e à

segurança pessoal, criando um meio adequado para o desenvolvimento da saúde e da espiritualidade humana

4) Recursos naturais – Dividi-los equitativamente, protegendo o meio ambiente em todas as nações, entre ricos e pobres, homens e mulheres, garantindo o presente e o futuro das gerações. Internacionalizar todos os custos ambientais, sociais e econômicos

5) Desenvolvimento social – Promovê-lo, desenvolvendo os sistemas financeiros que criem e mantenham a sustentabilidade da vida, erradicando a pobreza e fortalecendo as comunidades locais.

Fonte: Folha de São Paulo
Roni Lima

CARTA DA TERRA INCLUI ÍNDIOS PELA 1ª

VEZ

Mundo

Rio de Janeiro - Brasil

Março de 1997

Documento, que avaliado pelo ONU, poderá ter a força da Declaração dos Direitos do Homem

A carta da Terra discutida por representantes dos cinco continentes durante a conferência ambiental Rio +5 foi divulgada depois de oito anos de trabalhos preparatórios. Os 18 capítulos trazem conceitos gerais de proteção da vida e dos recursos naturais. O texto será analisado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma sugestão para o documento que pretende ter a força da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Extremamente genéricas, as recomendações demandaram longas negociações. Um dos últimos tópicos incluídos diz que os índios têm papel vital na proteção da "mãe

Terra". O capítulo garante aos índios o direito de preservar espiritualidade, conhecimento, territórios e recursos.

Pela primeira vez, os índios foram incluídos em uma declaração desse tipo. "Os povos indígenas lutaram durante 25 anos para que a voz deles fosse ouvida nas Nações Unidas", disse o consultor do Conselho da Terra Steven Rockfeller.

Antes de entrar em vigor, a Carta da Terra passará por diversas negociações. Se tudo correr dentro dos prazos estabelecidos, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU finalizará o documento em junho de 1998. Só no ano 2000, no entanto, o documento deverá ser aprovado pela Assembléia-Geral da ONU, depois de consultar governos, organizações não-governamentais e empresários.

"A força da Carta da Terra depende do comprometimento das pessoas em adotá-la", disse o presidente do Conselho da Terra, Maurice Strong. "Só assim ela será mais do que palavras bonitas." Strong evitou parecer otimista. "Me considero um fracassado", disse. "Trabalho nisso desde 1972 e só vejo as condições do planeta piorarem."

Agenda 21

O diretor-geral da Unesco, Federico Mayor, concorda que o documento é muito genérico, mas não acredita que isso seja um defeito. "As mensagens mais gerais são as que movimentam o mundo", disse. "A Carta é uma forma simples e firme de ratificar os conceitos da Agenda 21."

O ex-presidente da extinta União Soviética, Mikhail Gorbachev, disse que ficou pouco satisfeito com o que viu na capital fluminense, cinco anos após a Rio-92: Não diria que nada foi feito, mas não foi feito o suficiente." Gorbachev, um dos principais mentores da Carta da Terra, passeou pela cidade com o governador Marcello Alencar.

"A sociedade tem de ser mais ativa e perder a mania de esperar pelos governos e pela ONU", recomendou. Segundo ele, os conceitos de solidariedade, equidade e cooperação será assegurada por parcerias entre as nações. "Sem paz, não podemos falar em ambiente."

Fonte: O Estado de São Paulo
Cristiane Segatto

BRASIL E ALEMANHA TENTAM REVIVER

ECO-92

Mundo

Alemanha

Março de 1997

Os governos do Brasil e da Alemanha vão tentar, a partir de junho, ressuscitar a Eco-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em 1992 no Rio de Janeiro.

Passados cinco anos, a ambiciosa agenda definida naquela reunião de cúpula virou letra morta.

Na recente reunião de ONGs (organizações não-governamentais) e agências das Nações Unidas – a Rio +5, a conclusão foi a de que os países ricos falharam totalmente na implementação dos compromissos assumidos em 92.

É o que diz, por exemplo, Gustave Speth, chefe do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Como os países em desenvolvimento tampouco cumpriram sua parte adequadamente, a Eco-92 foi por enquanto muito pouco além da retórica.

Agora, Brasil e Alemanha analisam uma iniciativa para dar “novo impulso às decisões de 1992”, diz o embaixador brasileiro na Alemanha, Roberto Abednur.

O momento ideal é a Assembléia Geral Especial que a ONU fará em junho, em Nova York (EUA).

Detalhes da iniciativa estão sendo discutidos em Bonn pelo diplomata brasileiro Ivan Cannabrava e por Aspásia Camargo, secretária-executiva do Ministério de Meio Ambiente, juntamente com representantes pessoais do chefe do governo alemão, o chanceler (primeiro-ministro) Helmut Kohl.

Já está definido que a iniciativa será co-patrocinada também pela África do Sul e por um país asiático – provavelmente Cingapura.

Separar o lixo

Abednur define como "única", no universo de relações entre países ricos e em desenvolvimento, a cooperação entre Brasil e Alemanha na questão ambiental. Já no primeiro encontro entre Kohl e o presidente Fernando Henrique Cardoso (setembro de 95), em Bonn, ficara acertado que os dois lançariam iniciativa conjunta. Essa decisão tomará corpo, agora, na Assembléia Especial da ONU.

Antes, a Alemanha havia sido a principal alavanca para a criação do chamado PPG-7 (Programa Piloto do G-7, o grupo dos sete países mais ricos do mundo), destinado à preservação da floresta amazônica e da Mata Atlântica.

O G-7 destinou, no final de 1991, US\$ 250 milhões para uma série de iniciativas de preservação, cuja avaliação é motivo de controvérsia. O embaixador brasileiro acha que o projeto deslanchou, após um primeiro momento de "óbvias dificuldades de articulação entre as partes envolvidas".

Mas recente balanço feito pelo jornal suíço "Neue Zürcher Zeitung" diz que os resultados até agora foram "modestos". Pior a devastação da floresta amazônica teria aumentado no período 93/94 35% mais do que diz o governo brasileiro, segundo o jornal.

De todo modo, a cooperação Brasil/Alemanha nessa área não pára na iniciativa de seus chefes de governo: em novembro, a Alemanha concordou em participar de um projeto para tratamento de resíduos urbanos na cidade do Rio.

O problema é conferir se os cariocas se habituarão ao modelo alemão de total separação dos recipientes de lixo.

Fonte: Folha de São Paulo
Clóvis Rossi

BLAIR FAZ ATAQUE VELADO AOS EUA E CANADÁ

Mundo

Nova York - EUA

Junho de 1997

Segundo primeiro-ministro, países não se esforçaram para reduzir emissão de gases do efeito estufa

O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, fez um ataque velado aos Estados Unidos e ao Canadá por não se esforçarem no sentido de reduzir a emissão de gases que causam o aquecimento do planeta.

Blair disse que a Grã-Bretanha cumpre os objetivos para diminuir as emissões de dióxido de carbono. "Alguns outros países não podem dizer o mesmo, incluindo algumas nações altamente industrializadas", afirmou o primeiro-ministro inglês. "A esses países digo o seguinte: os objetivos que fixamos não serão observados seriamente pelas nações mais pobres até que os países ricos os cumpram em seus próprios territórios."

O primeiro-ministro não especificou nomes, mas o secretário de Assuntos Exteriores da Grã-Bretanha, Robin Cook, referiu-se no fim de semana à divisão cultural entre Europa, Estados Unidos e Canadá. "O estilo de vida nos Estados Unidos e em outros lugares não poderá se manter por muito mais de um quarto de século sem que se registrem sérios efeitos em nosso clima", continuou o primeiro-ministro.

Blair comprometeu-se a reduzir em 20% as emissões de dióxido de carbono. O objetivo é manter essas emissões, no ano 2010, nos mesmos níveis de 1990. De acordo com o primeiro-ministro, mudanças no estilo de vida serão necessárias para alcançar esse objetivo. Ele citou a criação de novas formas de energia e maior uso de transporte público de massa.

Blair descartou a possibilidade de criação de impostos ambientais no país. Mas disse que o governo estuda várias medidas para ajudar a cumprir as metas propostas. Elas

incluem pistas para ônibus, esquemas de eficácia energética e melhora do sistema de controle de tráfego.

Água

O presidente francês, Jacques Chirac, propôs a organização, no começo do próximo ano, de uma conferência internacional sobre a proteção da água, da qual participariam governos, comunidades locais, organizações internacionais, associações e empresas.

Além de sugerir a criação da conferência, que teria lugar em Paris, Chirac propôs que a ONU se comprometa a fazer com que, em dez anos, cada aldeia do Terceiro Mundo, especialmente da África, tenha "um poço de acesso de água potável". Ele adotou um tom dramático quando disse que "o consumo de água aumenta duas vezes mais rápido que o crescimento demográfico; duplica-se a cada 20 anos; ao atravessar o século a quantidade de água potável disponível por habitante não será mais que um quarto da que se tinha em 1950 na África, um terço na Ásia ou América Latina".

Fonte: O Estado de São Paulo
Moisés Rabinovici

BALANÇO DOS 5 ANOS DA ECO 92 É NEGATIVO

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

Recomendações finais da Rio +5, serão encaminhados à reunião da ONU

O diretor-executivo da ONG Conselho da Terra, o filipino Maximo-Kalaw, disse por telefone, da Costa Rica, que o objetivo central da conferência ecológica Rio +5, que começa

amanhã é fazer um balanço de como 80 países estão implementando, na prática, as ações propostas na Agenda 21, um dos principais documentos aprovados na Eco-92.

A Rio +5 se estende até o dia 19 e vem sofrendo críticas de cientistas e outras ONGs (organizações não-governamentais), que acusam o evento de estar vinculado a interesses de governos e de grandes corporações.

Independentemente das críticas, Kalaw, principal executivo do encontro, acredita que será feito um balanço negativo das ações governamentais no campo da preservação ambiental. "O desenvolvimento sustentado nas nações ainda não é prioritário", diz.

Clima e biodiversidade

Segundo Kalaw, não foram planejados painéis específicos sobre as convenções de clima e de biodiversidade porque a idéia da Rio +5 é a de que governos e setores da sociedade discutam como implementar ações ambientais. Ações que, no fundo, têm a ver com temas como mudanças climáticas e biodiversidade.

Um documento com recomendações finais da conferência será encaminhado à reunião da ONU (Organização das Nações Unidas) de junho, que fará um balanço das questões ambientais nos cinco anos após a realização da Eco-92.

Mas Kalaw discorda dos que acham que o dinheiro levantado para a Rio +5 (US\$ 3 milhões) deveria ser empregado para levar ONGs a Nova York, para que façam lobby junto à ONU.

"É preciso se entender que as decisões são tomadas pelos governos nacionais, e não pelos seus delegados na ONU."

Para ele, um lobby mais eficaz poderá ser feito junto aos representantes de 80 governos que participarão da conferência.

Muito papel, pouca prática

Kalaw afirma que o encontro não foi idealizado para ser uma reunião aberta, pois não seria produtivo. "Ninguém queria uma grande conferência."

Para ele, reuniões amplas produzem "muito papel" e nenhuma "ação prática".

Mesmo assim, Kalaw garante que houve uma consulta em que teriam sido ouvidas cerca de 8.000 pessoas em vários países, para se chegar aos convidados.

Kalaw discorda das ONGs que queriam uma reunião só de entidades da sociedade civil. Segundo ele, para trocar experiências, é preciso reunir diferentes segmentos que possam contribuir para o desenvolvimento sustentado.

Fonte: Folha de São Paulo
Roni Lima

ACORDO DE CLIMA NÃO TEM METAS

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

O maior problema da Convenção de Clima, aprovada na Eco-92, é que até agora os países signatários não acertaram um acordo estabelecendo prazos e metas para a redução da emissão de gases, como o carbônico (CO₂), que provocam o aquecimento da terra.

Países desenvolvidos, como os EUA, Japão e Alemanha, seriam os mais refratários a um acordo. Mesmo assim, ONGs como o Greenpeace apostam em um avanço na conferência a ser realizada sobre o tema, em dezembro, no Japão.

O Greenpeace tem a esperança de que os países desenvolvidos estabeleçam um acordo para reduzir 20% de suas emissões de gases até o ano 2005. Esses 20% teriam como base de cálculo o que esses países emitiam em 1990.

Por entender que a pauta da Rio +5 é falha ao não prever um debate sobre a Convenção de Clima, a Coppe

(Instituto de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio) idealizou um workshop sobre o tema.

De 13 a 15 de março, no Rio, cerca de 20 cientistas estrangeiros e brasileiros estarão debatendo os efeitos do aquecimento da terra provocado pela emissão de gases. Um documento final desse evento paralelo será encaminhado ao encontro da Rio +5.

Estudo comparativo, elaborado pelo físico Luiz Pinguelli Rosa e pela engenheira Suzana Kahn Ribeiro, da Coppe, mostra que o Brasil é um dos países que menos contribuem para a liberação de CO2 para a atmosfera.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, são os que menos emitem gases.

Na tabela mundial, o Brasil responderia por cerca de 2% do volume total das emissões de gases, enquanto os EUA se situariam no topo da lista, com 25%.

Fonte: Folha de São Paulo
Roni Lima

FERNANDO HENRIQUE PARTICIPA DA REUNIÃO ESPECIAL NA ONU

Mundo

Nova York - EUA

Junho de 1997

O presidente Fernando Henrique Cardoso participa da Sessão Especial das Nações Unidas que vai avaliar a adoção das medidas de proteção ao ambiente definidas na Rio-92. Além de manter contato com outros chefes de Estado, Fernando Henrique vai aproveitar para manter um encontro político em o ex-presidente Itamar Franco.

O presidente foi escolhido para fazer o discurso de saudação aos chefes de governo que estarão na Conferência da ONU. Depois da abertura, faz um pronunciamento em nome do governo brasileiro. Fernando Henrique terá ainda encontros em

separado com o presidente francês, Jacques Chirac, e outros líderes.

Depois o presidente e o primeiro-ministro da Alemanha, Helmut Kohl, lançam uma proposta conjunta para acelerar a adoção dos acordos da Rio-92. A proposta, cujos detalhes estão sendo mantidos sob reserva, terá o apoio também da África do Sul e de Cingapura.

Fonte: O Estado de São Paulo
Odail Figueiredo

RIO +5 COMEÇA, SOB FOGO CRUZADO

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

ONGs e cientistas criticam tom oficial da conferência, que reunirá representantes de pelo menos 80 países

Sob fogo cruzado de cientistas e ONGs (organizações não-governamentais) brasileiras e internacionais, que criticam o conteúdo e os convidados do encontro, começa na Rio +5.

Planejada para avaliar o que foi realizado na área ambiental nos cinco anos desde a Eco-92 – daí o nome, Rio +5 – a reunião vem sendo criticada por supostamente ter tom oficial, ser fechada e não apresentar resultados práticos.

Idealizada pelo Conselho da Terra, ONG dirigida pelo canadense Maurice Strong, que foi secretário-geral da Eco-92, a Rio +5 pretende reunir cerca de 500 participantes até 19 de março.

O número inclui ONGs e representantes governamentais de pelo menos 80 países, empresários, instituições como o Banco Mundial, cientistas e personalidades como a cantora Mercedes Sosa e o ex-presidente da ex-URSS Mikhail Gorbatchov.

O custo de US\$ 3 milhões foi bancado, entre outros, pelos governos do Brasil e estrangeiros e por organismos como a Fundação Rockefeller e o Banco Mundial.

Polêmica

Para reunir setores criticados por ONGs – como o Banco Mundial e entidades empresariais – e ter uma pauta de trabalho considerada genérica demais, a Rio +5 virou polêmica antes de começar.

Para o físico e diretor da Coppe (Instituto de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Luiz Pinguelli Rosa, 54, a pauta representaria o lobby hegemônico dos países desenvolvidos. Ele afirma que os representantes desses países não estariam interessados em focar temas que não conseguem cumprir, como os estabelecidos em dois documentos aprovados na Eco-92: as convenções de Clima e de Biodiversidade.

O coordenador da entidade fluminense Os Verdes, Sérgio Ricardo de Lima, afirma que é “um encontro chapa branca”.

O tom genérico da pauta, com a inexistência de sessões específicas para se discutir essas convenções, fez com que representantes ONGs internacionais, como o Greenpeace e Os Amigos da Terra, não tivessem interesse em participar.

Diretor do IISD (Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável), o norte-americano Langston James Kimo, 44, que participará da Rio +5, diz ter detectado, entre cerca de 300 ONGs do mundo, um misto de desinteresse e críticas à conferência.

ONGs de várias partes do mundo têm se reunido em Nova York para tentar influenciar as posições dos governos a serem aprovadas, em junho, na sessão especial da Assembleia Geral da ONU que fará um balanço oficial pós-Eco-92.

STRONG EVITA CRÍTICAS A AÇÃO DE GOVERNOS

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

Discurso do presidente do Conselho da Terra desagradou a alguns grupos brasileiros

Cinco anos após a Rio-92, o presidente do Conselho da Terra, Maurice Strong, voltou ao Brasil com um discurso brando. Durante a abertura da nova conferência ambiental, evitou críticas aos governos e elogiou o desempenho da equipe do presidente Fernando Henrique Cardoso. As afirmações desapontaram alguns participantes brasileiros, que consideraram o tom da abertura "oficial" demais para uma reunião da sociedade civil. Em um intervalo dos trabalhos, Strong concedeu a seguinte entrevista ao Estado:

Estado – Como o sr. Avalia o cumprimento dos acordos ambientais cinco anos após a Rio-92?

Maurice Strong – Houve progressos e boas ações, conduzidas mais pela sociedade civil do que pelos governos. Os próprios empresários avançaram mais do que o poder público, mas nada foi suficiente. A Rio +5 foi criada para unir todos os que realizaram ações e apresentar seus resultados. Precisamos usar esse instrumento para fortalecer o processo de ação. Formar multiplicadores dos projetos que estão dando certo. Muitos bons exemplos estão surgindo no âmbito local. Devemos expandir essas coisas. A intenção não é criticar governos, mas mostrar exemplos de que a sociedade civil está agindo.

Estado – Sem suporte financeiro, a Agenda 21 não pode ser cumprida pelos países pobres. Qual é a atual situação dos financiamentos?

Strong – De modo geral, o suporte financeiro tem sido desapontador. Houve redução das quantias oficiais para assistência ao desenvolvimento. Mas observamos um impressionante aumento de investimentos de empresas privadas. Os empresários estão agindo bem hoje (em muitos

casos são mais atuantes do que os governos) mas isso não significa que todas as iniciativas sejam perfeitas. Se todas as boas coisas realizadas nos últimos cinco anos puderem ser multiplicadas em larga escala teremos um cenário muito mais esperançoso. Mas os bons exemplos ainda são muito localizados.

Estado – Durante a Rio-92, os países ricos assumiram o compromisso de destinar 0,7% do PIB às nações em desenvolvimento. Eles cumprem essa meta?

Strong – Os governos não estão cumprindo essa meta e as fontes tradicionais de ajuda ao ambiente retrocederam. Infelizmente, poucas nações destinam 0,7% do PIB aos países em desenvolvimento. Investimentos privados aumentam, mas não são diretamente endereçados à pobreza. Eles criam melhorias na economia que beneficiam os pobres, mas nem sempre promovem o desenvolvimento sustentável.

Estado – Como o sr. classifica o tratamento dado pelo Brasil às questões ambientais discutidas na Rio-92?

Strong – O Brasil é como um Universo. Muito do que ocorre no mundo aparece aqui. Vemos todos os extremos num só país, incluindo situações extremas relacionadas ao desempenho. Algumas coisas vão mal e outras bem. Se por um lado o Brasil perde muito de suas florestas, por outro, cidades realizam esforços para melhorar as condições ambientais. Fiquei muito impressionado durante uma reunião com o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause. Ele disse que o governo está reconstruindo ações para a Agenda 21 e 67% dos brasileiros consideram que o ambiente é algo muito importante.

Fonte: O Estado de São Paulo
Cristiane Segatto

SEM AGENDA 21, CIDADES CRIAM PROGRAMAS

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

No Brasil, 13 municípios brasileiros estabeleceram metas próprias para atacar problemas ambientais

Preocupadas com a falta de empenho dos governos nacionais em colocar em prática as medidas propostas na Agenda 21 – o documento com diretrizes de ação estabelecido na Rio-92 – , as autoridades de 13 cidades resolveram estabelecer suas próprias metas e atacar os problemas ambientais locais. O movimento foi inicialmente liderado pela Itália e a prioridade era a de reduzir as emissões de carbono em 20%.

Cinco anos depois, 164 cidades de 34 países aderiram à campanha Cidades pela Proteção do Clima. Juntas, elas representam 4% das emissões globais de carbono e estão reduzindo essas emissões com mudanças no transporte urbano, no sistema viário, no fornecimento de energia, no planejamento municipal e na regulamentação de indústrias.

Programas legais

Esse movimento internacional de cidades redundou na criação de um Conselho Internacional de Municipalidades (Iclei), com sede no Canadá. O conselho dá apoio à criação de programas locais e projetos de desenvolvimento sustentável, que têm impactos reais sobre o ambiente e a qualidade de vida nessas cidades. Mais de 3 mil líderes e técnicos já passaram por programas de treinamento do Iclei para conhecer novas metodologias e tecnologias que ajudem a transformar a Agenda 21 num plano de ação local.

Atualmente, 1.812 governos de 64 países estão envolvidos na adoção da Agenda 21 local, sendo que em 933 dessas cidades os planos estão em execução. Do Brasil, participam as cidades de São Paulo, Santos, Angra dos Reis, Vitória, Porto Alegre e Belo Horizonte. E, só nos primeiros dias da Rio +5, 30 outras cidades brasileiras mostraram-se interessadas em aderir, abrindo a possibilidade de lançamento de uma campanha nacional. A Agenda 21 local abrange outros

aspectos ambientais e do desenvolvimento sustentável, além da redução das emissões de carbono. Tratamento de esgotos, redução da poluição industrial e do lixo, qualidade da água, proteção de florestas e controle do uso do solo também são prioridades. “Nossa maior contribuição tem sido no desenvolvimento institucional, no incentivo à participação pública e melhoria de sistemas de gerenciamento”, observa Jeb Brugmann, do Iclei. “As prioridades ambientais são definidas pelas comunidades locais, a quem trazemos o suporte técnico e os conceitos da Agenda 21”.

Fonte: O Estado de São Paulo
Liana John

RÚSSIA PODE APRENDER COM BRASIL

Mundo

Rio de Janeiro - Brasil

Março de 1997

Mikhail Gorbatchov diz que os dois países têm situações semelhantes e ataca globalização

Em seu terceiro dia no Rio, Mikhail Gorbatchov falou mais sobre a situação política de seu país do que sobre preservação ambiental.

O ex-presidente da ex-URSS e presidente da ONG (organização não-governamental) Green Cross International (Cruz Verde Internacional) participa da reunião ambientalista Rio +5.

Em entrevista, Gorbatchov disse que a situação social da Rússia está muito difícil e que, apesar das medidas oficiais “para apagar o incêndio”, está sendo difícil “segurar” os movimentos reivindicatórios.

Gorbatchov afirmou que o governo russo tem conseguido “algumas vitórias” no combate à inflação, com a

estabilização da economia, mas apenas no plano macroeconômico.

“Mas isso é artificial. Quem está pagando são as pessoas, que não podem ir ao mercado comprar o que precisam”, disse.

Ele afirmou que, se a política econômica do presidente da Rússia, Boris Ieltsin, for mantida, isso dará munição “aos radicais”. Gorbatchov disse ser contra uma volta ao passado.

Por isso, segundo ele, é importante o desenvolvimento “da terceira força” partidária no país. Ele se referia ao Partido Popular Republicano, comandado pelo general da reserva Alexander Lebed, que foi o terceiro candidato mais votado nas eleições presidenciais de 1996.

Gorbatchov disse que a experiência do Brasil na resolução de seus problemas será importante para os russos. Segundo ele, a Rússia e o Brasil têm algumas realidades semelhantes.

São dois países “com populações numericamente parecidas” e que sofrem uma influência muito grande do Estado na sociedade. “Existem problemas comuns: como usar a democracia, como modernizar e transformar a sociedade dentro de uma estrutura democrática.”

“Nossos países são ricos, mas não sabemos ainda como utilizar nossas riquezas”, afirmou. Para ele, os dois países precisam fazer uma síntese de seus problemas do passado, para aprender e construir uma nova sociedade.

Para ele, uma nova utopia mundial tem de ser construída sem as divisões do passado, entre países capitalistas e comunistas.

O ex-presidente da ex-URSS disse que não dá apoio à globalização econômica, mas que se trata de um processo irreversível.

Para ele, a globalização não pode implicar imposição de valores de alguns países sobre a cultura e a religião de outros.

RIO +5 TERMINA EM CRISE E SEM CONSENSO

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

O encontro ambientalista Rio +5 terminou em crise. O documento final de 11 páginas intitulado "Da Agenda à Ação", com o resumo das discussões dos grupos de trabalho da reunião, foi rejeitado por entidades de várias partes do mundo.

O conteúdo foi criticado por ser genérico demais nos encontros setoriais. Algumas pessoas, em protesto, chegaram a rasgar cópias do documento final.

Representantes de ONGs (organizações não-governamentais) reclamaram também que a organização do evento foi muito confusa. Grupos de jovens distribuíram nota afirmando que não se sentiram suficientemente representados.

Para tentar "apagar o incêndio", os organizadores do encontro – que reuniu cerca de 500 pessoas de várias partes do mundo – cancelaram o relatório final, propondo uma nova redação para daqui a dez dias.

O "Da Agenda à Ação" foi idealizado para conter recomendações de ações práticas para que a Agenda 21 – documento aprovado na Eco-92, - fosse implementada pelos países.

Junto com a Carta da Terra – documento de princípios éticos e morais finalizado na Rio +5 - , o "Da Agenda à Ação" ficou de ser encaminhado para a reunião da ONU, em junho, que fará um balanço oficial dos resultados da Eco-92.

No entanto, o presidente da ONG Conselho da Terra, o canadense Maurice Strong, que promoveu a Rio +5, afirmou que o documento criticado "não era para ser uma coisa definitiva".

Ele disse que a Rio+5 começou "com muito caos, mas a partir desse caos forjamos alguns instrumentos para a ação".

Tom genérico

O representante da Cepal (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe), Roberto Guimarães, disse que os relatórios dos grupos setoriais de trabalho não foram adequadamente resumidos no “Da Agenda à Ação”.

Ele não gostou do tom genérico do resumo. “O documento recomenda por exemplo a inclusão do conceito de desenvolvimento sustentável na discussão da previdência social. Mas como fazer isso?”

Ele criticou também o documento por não tocar na proposta de formação de conselhos nacionais de desenvolvimento sustentável – um tema que teria sido consenso entre os grupos de trabalho.

Para Guimarães, o maior problema agora será garantir que a comissão formada redija um documento afinado com as discussões dos grupos.

Processo confuso

O presidente da ONG brasileira IED (Instituto de Ecologia e Desenvolvimento), Liszt Vieira, afirmou que os relatórios dos grupos eram mais críticos. “Eles criticavam a economia de mercado. O resumo final não fala disso.”

Para o diretor-executivo da World Federalist Movement (ONG internacional com sede nos EUA), William Pace, a crise refletiu “o confuso processo” de organização da Rio +5.

A presidente da ONG chilena Renace, Sara Larrain, disse que a pauta do encontro foi genérica e os temas não foram aprofundados. “O foco mudava todo dia.”

Apesar das críticas, houve um consenso positivo em relação à conferência – foi um avanço colocar lado a lado setores governamentais, empresariais e ONGs.

RIO +5 RACHA E FICA SEM DOCUMENTO

FINAL

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

A conferência ambiental Rio +5 terminou sem cumprir o objetivo de produzir um documento a ser enviado à Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em junho. Um racha entre os 500 participantes impediu a aprovação de recomendações para ajudar os países a colocar em prática o conceito de desenvolvimento sustentado. Diante da falta de consenso, o slogan do encontro – “Da Agenda para a Ação”- perdeu o sentido.

Após uma semana de balanço sobre o que foi feito pelo ambiente desde a Rio-92, o evento promovido pela organização não-governamental Conselho da Terra deveria redigir uma lista de práticas necessárias para o cumprimento da Agenda 21, lançada há cinco anos.

O documento que o presidente da entidade, Maurice Strong, pretendia aprovar ontem foi recusado pelos relatores das diferentes comissões. A crise obrigou-o a anunciar a criação de uma comissão para concluir o texto em dez dias. Muitos participantes do encontro, que custou US\$ 4,5 milhões, ficaram desapontados com a ausência de resultados efetivos.

Sem acordo

“O documento rejeitado é muito genérico e não reflete a riqueza das discussões”, comentou o representante da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (Cepal), Roberto Guimarães. Segundo ele, um integrante estrangeiro do grupo que discutiu mecanismos nacionais para o desenvolvimento sustentável chegou a rasgar o relatório.

Muito imprecisos, alguns tópicos sugeriam a inclusão do conceito de desenvolvimento sustentável nas negociações de seguridade social e emprego. “Ninguém entendeu o que isso quer dizer”, disse Roberto Guimarães.

A falta de consenso foi relatada por representantes de todas as comissões no encerramento do evento. Segundo eles, as mensagens foram tão resumidas que tornaram-se vagas ou ingênuas.

Strong respondeu que a Rio+5 pretendia apenas refletir as realidades relatadas e iniciar um processo de discussão. Ele procurou uma construção poética para fortalecer seu ponto de vista. "Se você olhar o centro do átomo, verá o caos", comparou. "Mas à sua volta, há ordem e fonte de energia", disse. "A conferência é só um processo e não um acontecimento final", afirmou.

As declarações feitas na última plenária eram destinadas apenas aos participantes do evento. Maurice Strong cancelou a entrevista coletiva marcada para a tarde de ontem e evitou fazer declarações à imprensa. O Conselho da Terra, com sede na Costa Rica, recolheu doações de mais de 40 governos e entidades civis para realizar a Rio +5.

Custo brasileira

A contribuição brasileira foi de aproximadamente US\$ 1,5 milhão, segundo o coordenador financeiro da instituição, Francisco Mata. Entre os colaboradores, estão o governo federal, o governo do Estado do Rio e o Fórum Brasileiro das ONGs. No encerramento do encontro, o prefeito carioca, Luiz Paulo Conde, sugeriu que a cidade seja transformada em um fórum permanente sobre discussões ambientais.

Para o ambientalista e ex-deputado estadual Liszt Vieira, a falta de um documento conclusivo já era esperada. "O Strong queria aprovar um documento mais conservador, mas as comissões não permitiram", avaliou. Vieira demonstrou estranheza por outro fator. "Fiquei surpreso ao saber que pelo menos as reuniões parciais criaram boas conclusões", disse. "Nem isso eu esperava", concluiu.

RIO +5 COMEÇA COM DISCURSO FEMINISTA

Mundo

Rio de Janeiro – Brasil

Março de 1997

Após uma solenidade de abertura que primou pelo tom oficial dos discursos, a líder feminista norte-americana Bella Abzug levantou a platéia que lotava o salão principal da Rio +5 com sua fala em defesa da participação das mulheres nos destinos políticos do planeta.

“Sem a participação das mulheres, não criaremos um sistema de desenvolvimento sustentável”, afirmou. Ao concluir seu discurso conclamando as pessoas a jamais desistirem “de dizer a verdade”, Bella foi aplaudida de pé.

Amigo de longa data da feminista, o idealizador da Rio +5, Maurice Strong, afirmou: “Ficou claro que você continua a maior porta-voz das mulheres. Eu diria que você fala por todos nós”.

Presidente da entidade Women’s Environment and Development Organization e ex-congressista norte-americana, Bella disse acreditar que as mulheres mudariam a natureza do poder. Para ela, o poder, até agora, tem sido fonte de corrupção.

O seu discurso representou uma mudança no clima de abertura do encontro Rio +5, que reúne cerca de 500 representantes de governos, ONGs (organizações não-governamentais) e empresários para avaliar o que foi feito nos cinco anos após a Eco-92.

Aberta no hotel Sheraton (Vidigal, zona sul do Rio), a Rio +5 traz nos discursos de abertura, os elogios mútuos das pessoas presentes na mesa, como Strong e o governador do Rio Marcello Alencar.

“Em nenhum momento se tentou fazer um balanço dos cinco anos após a Eco-92. Para quem esperava uma abertura com uma avaliação séria, foi frustrante”, disse o presidente do Partido Verde brasileiro, Alfredo Sirkis.

Em meio a discursos de tom oficial, houve um momento de descontração durante a exibição de um vídeo sobre a Rio +5. Houve uma forte gargalhada quando, em determinado trecho, foi exibida uma cena do ex-presidente Fernando Collor de Mello durante a Eco-92, enquanto a voz do locutor afirmava que "as boas intenções são boas quando seguidas". O locutor se referia aos acordos estabelecidos na Eco-92, que não foram cumpridos.

A Rio +5 foi aberta oficialmente às 9h06 pelo cacique xavante Aniceto Tsudzaverzé. Em seu discurso, ele lembrou problemas que atingem as nações indígenas, como a invasão de suas terras por garimpeiros e madeireiros.

Depois, deu um presente para Strong e outro para Alencar. Strong ganhou um cocar. O governador do Rio, segundo o índio, ganhou "uma espécie de gravata" que simboliza a procura da paz, do entrosamento entre os povos.

Fonte: Folha de São Paulo
Roni Lima

RIO +5 COMEÇA A AVALIAR ACORDOS ASSUMIDOS EM 92

Mundo

Rio de Janeiro - Brasil

Março de 1997

Brasil está em situação desconfortável por não ter cumprido regras básicas como a Agenda 21

Começa a reunião internacional Rio +5, o encontro de representantes de 80 países que avaliará o cumprimento dos acordos criados pela conferência ambiental Rio-92. Quinhentas pessoas (cerca de 30 brasileiros) participarão das discussões, no Hotel Sheraton, até o dia 19. O Brasil estará em posição desconfortável por não Ter cumprido regras básicas sugeridas há cinco anos. Apesar de ser sede o encontro, o País não criou a

sua Agenda 21 (a lista de metas necessárias para evitar o esgotamento de recursos naturais) nem o conselho nacional de desenvolvimento sustentável, dois capítulos da lição de casa recomendada aos chefes de Estado durante a Rio-92.

Todas as nações selecionadas pela organização não-governamental Earth Council, a promotora do evento, já têm os conselhos ou estruturas similares para promover desenvolvimento sem destruição ambiental. Vários países da América Latina, como Bolívia, Argentina, Uruguai e Chile cumpriram essa etapa. Não é o caso do Brasil. Somente às vésperas da Rio +5, o governo anunciou a criação de uma câmara interministerial para tratar do assunto.

Sem uma comissão em efetivo funcionamento, o País estaria excluído, do encontro caso ele fosse realizado em outra nação. Como anfitrião do evento, porém, o Brasil tem direito a enviar representantes à conferência. Por uma questão simbólica, o Earth Council decidiu realizar o balanço dos últimos cinco anos na mesma cidade que abrigou a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1992.

“O Brasil não poderia participar caso o país sede fosse outro”, comenta a secretária-geral do Fórum Brasileiro das ONGs, Kátia Drager Maia. “O constrangimento maior por não ter a Agenda 21 e a comissão funcionando plenamente surgirá na reunião da ONU e não durante a Rio +5”, afirma. Segundo Kátia, o objetivo principal da conferência será indicar ações práticas para conquistar o desenvolvimento sustentável em vez de limitar-se a fazer cobranças.

Entre os participantes, haverá 80 representantes de governos e 80 membros de conselhos de desenvolvimento sustentável vindos da sociedade civil. “Ninguém irá só para ouvir palestras ou circular como no Fórum Global da Rio-92”, diz Kátia. “Cada inscrito chegará com mensagens concretas”, explica.

ACORDOS NÃO CUMPRIDOS

A evolução dos cinco documentos criados durante a Rio-92

Documen tos	O que foi decidido	O que foi aplicado
------------------------	---------------------------	---------------------------

Agenda 21	<p>Lista de ações para contornar os problemas ambientais até o século 21. Os 40 capítulos propunham o conceito de desenvolvimento sustentável (exploração racional dos recursos naturais para evitar o esgotamento das fontes). Os pontos principais eram atmosfera e energia, recursos hídricos, tecnologia e comércio internacional. Não tinha força de lei, mas os países ricos assumiram o compromisso de destinar 0,7% de seu PIB às nações em desenvolvimento.</p>	<p>Oitenta países constituíram conselhos nacionais de desenvolvimento sustentável e cerca de 40 criaram suas Agenda 21. O Brasil não realizou nenhuma das duas tarefas indicadas como lição de casa aos participantes da Rio-92. Entidades civis critica a morosidade com que o assunto é tratado no País. Às vésperas da Rio +5, o governo criou a Câmara de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, que deve preparar uma pré-Agenda 21 a ser apresentada em junho na ONU.</p>
Convenção da Biodiversidade	<p>Tratava da preservação das espécies animais e vegetais em 42 artigos e foi assinada por 153 países durante a Rio-92. Ficou acertado que cada nação tem soberania sobre seus recursos mas não pode impor restrições ao uso do material por outros países. Cada governo deve criar regulamentação própria para nortear o acesso à biodiversidade. Os lucros provenientes dos produtos devem ser repartidos com os países que cederam os recursos.</p>	<p>Mais de 160 países ratificaram a convenção a convenção, mas nem todos cumprem as determinações. O presidente dos Estados Unidos assinou o documento, mas o Congresso ainda não o ratificou. Houve pouco avanço nas discussões sobre o acesso a recursos genéticos. Inglaterra, Alemanha e França resistem em transferir lucros e tecnologia. O Brasil não criou regulamentação específica. O projeto de lei da Senadora Marina Silva (PT-AC) tramita no Congresso desde 1995.</p>
Convenção sobre Mudanças Climáticas	<p>Criada para combater o efeito estufa, a convenção (com 26 artigos) pretendia estabilizar a emissão de gases poluentes nos níveis de 1990. Novas</p>	<p>Foi ratificada por 120 países, incluindo os Estados Unidos. Nenhum protocolo adicional foi criado, apesar das várias conferências das partes</p>

<p>s</p>	<p>tecnologias deveriam criar alternativas para combater as altas concentrações na atmosfera de dióxido de carbono (CO2) e metano. Considerado pouco incisivo, o documento previa a criação de protocolos adicionais em reuniões futuras. Não foram estabelecidos prazos e metas.</p>	<p>promovidas pela ONU. Os países desenvolvidos aumentaram as emissões de poluentes, com exceção de Alemanha e Inglaterra. Os Estados Unidos comprometeram-se a chegar a 2005 sem aumentar o atual nível de substâncias agressoras. Apesar disso, dificultam as negociações ao lado de outros produtores de petróleo como Arábia Saudita.</p>
<p>Declaração de princípios sobre florestas</p>	<p>Um dos principais pontos de atrito entre países ricos e pobres durante a Rio 92. O grupo dos detentores de florestas tropicais entre eles o Brasil) não queria que o assunto fosse transformado em convenção. Venceram a disputa e aprovaram um documento genérico, sem força jurídica que indica apenas limites quantitativos para desmatamento. A declaração ressalta o direito de exploração das florestas pelos países detentores, desde que a forma sustentável.</p>	<p>Ganha força a idéia de transformar a declaração em convenção, com normas sobre comércio internacional e transferência de recursos e tecnologia. Os Estados Unidos não querem a convenção porque o mercado das madeiras pode ser alterado. A Comunidade Européia está dividida: os ambientalistas apóiam a definição de regras, mas os países que têm florestas para explorar rejeitam a idéia. O Brasil defende a criação do documento, que pode ocorrer em 2 anos.</p>
<p>Declaração do Rio de Janeiro</p>	<p>Um documento genérico com 27 princípios para estabelecer uma parceria global (com a participação de governos e sociedade civil) pela causa ambiental. Não tem a força da Carta da Terra que se pretendia criar. Declara que os "seres humanos estão no centro das preocupações com</p>	<p>A Carta da Terra está longe de ser criada. A intenção é redigir um documento com o mesmo peso da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os países participantes da Rio 92 e as organizações não-governamentais argumentam que é difícil chegar a um consenso sobre princípios básicos. Um esboço do documento deve ser</p>

	o desenvolvimento sustentável". Para isso, os Estados deveriam modificar padrões inadequados de produção e consumo e promover políticas demográficas eficazes.	analisado em abril durante uma reunião da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU.
--	--	---

Fonte: O Estado de São Paulo
Cristiane Segatto